



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA: Saúde

DEPARTAMENTO: Atenção Secundária

RESPONSÁVEL: Nilvésia Aparecida Luiz Brandão

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso I, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

O presente Termo tem por objeto a contratação de Clínica e/ou Comunidade Terapêutica para tratamento de portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool em regime de internação voluntária, involuntária e compulsória para usuários acima de 18 anos de idade, do sexo feminino e masculino, adultos e idosos dos sexos masculino e feminino, respeitando critérios de inelegibilidade para internação daqueles que apresentarem comprometimento biológico e psicológico graves. O tratamento será destinado aos munícipes de Bonfinópolis de Minas/MG, de acordo com os critérios estabelecidos em sua avaliação pela Equipe de Saúde Mental (CAPS - Centro de Atenção Psicossocial), por período predefinido, renovável, se necessário, após avaliação médica e/ou da equipe multiprofissional da Saúde Mental (CAPS - Centro de Atenção Psicossocial).

Esta contratação se trata de estratégia essencial utilizada para fortalecimento da rede de atenção portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool por meio da utilização de leitos de acolhimento em clínicas e/ou comunidades terapêuticas, em articulação com a rede SUS. Visto que tal serviço não é oferecido na rede socioassistencial do município, se faz necessária a contratação na rede privada para o devido atendimento dos munícipes de Bonfinópolis de Minas/MG.

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

2.1. Trata-se da contratação de Clínica e/ou Comunidade Terapêutica para tratamento de portadores de transtornos psíquicos, mentais, dependência química e álcool em regime de internação voluntária, involuntária e compulsória para usuários acima de 18 anos de idade, dos sexos masculino e feminino, adultos e idosos dos sexos masculino e feminino, respeitando critérios de inelegibilidade daqueles que apresentarem comprometimento biológico e psicológico graves.

2.2. O tratamento será destinado às munícipes de Bonfinópolis de Minas/MG, de acordo com os critérios estabelecidos em sua avaliação pela Equipe de Saúde Mental da Secretaria de Saúde por período predefinido, renovável, se necessário, após avaliação médica.

2.3. Os serviços ora contratados deverão ser executados por Clínica ou Comunidade Terapêutica localizada no município de Bonfinópolis de Minas/MG ou num raio de até 600 km, em endereço a ser previamente informado e a eventual mudança de endereço do estabelecimento deverá ser imediatamente comunicada a Secretaria de Saúde e/ou CAPS,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

que analisará a conveniência de manter os serviços em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do contrato e, até mesmo, denunciá-lo se entender conveniente. A mudança do(a) Diretor(a) Clínico/Técnico também será comunicada à Secretaria de Saúde e/ou CAPS, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados.

2.4. A localização da clínica ou comunidade terapêutica deverá ser no município de Bonfinópolis de Minas/MG ou num raio de até 600Km, visando ter maior facilidade de acompanhamento e fiscalização por parte das Equipes de Saúde Mental e de visitas dos familiares dos internos. A clínica e/ou comunidade terapêutica deverá providenciar a busca e remoção do(a) paciente.

2.5. A clínica e/ou comunidade terapêutica, durante a vigência do contrato, obriga-se a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de chamamento público não poderá transferir os direitos, obrigações e atendimentos a terceiros.

2.6. Toda e qualquer eventual mudança de endereço do estabelecimento destinado ao atendimento deverá ser comunicada expressamente à Administração Municipal.

2.7. A clínica e/ou comunidade terapêutica responderá pela solidez, segurança dos serviços prestados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a prestação dos serviços ou deles decorrentes.

2.8. Caberá à clínica e/ou comunidade terapêutica o fornecimento de todas as condições necessárias à plena execução dos procedimentos indicados no contrato, responsabilizando-se pelo custeio e pagamento das despesas de toda a mão de obra, alimentação e transporte necessários, e igualmente se responsabilizará por tributos e encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor.

2.9. É terminantemente proibida a cobrança de valores complementares contra o paciente e/ou acompanhante, a qualquer título, quais sejam: taxas, encargos, despesas, custas, emolumentos, entre outros, sob as penas da lei.

2.10. A clínica e/ou comunidade terapêutica obriga-se a cumprir o objeto observando as seguintes disposições:

- I - Prestar em suas dependências e instalações, por meio de seu corpo técnico, todo o tratamento conforme proposta apresentada;
- II. Prestar diretamente os serviços, vedada a terceirização, salvo no caso de exames laboratoriais ou outro procedimento clínico subsidiário inerente à terapêutica adotada;
- III. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento;
- IV. Manter equipe multidisciplinar, garantindo equipe de enfermagem 24 horas por dia;
- V. Possuir condições de atender pacientes pós crise/surto, oferecendo condições de se manter fora da tutela da clínica para prosseguimento ou ambulatório;
- VI. Prestar assistência clínica e médico psiquiátrica sempre que necessária;
- VII. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Comissão Técnica;
- VIII. Dar atendimento psicoterápico aos pacientes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

- IX. Promover a orientação multiprofissional à família do paciente;
- X. Comunicar imediatamente à Administração e à família do paciente eventual caso de fuga ou evasão;
- XI. Atender a solicitação de internação, a cargo da Comissão Técnica, no prazo máximo de 02 (dois) dias;
- XII. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando de intercorrências médicas;
- XIII. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação da Comissão Técnica;
- XIV. O prazo de internação deverá corresponder ao estabelecido pela equipe médica responsável pelo paciente, em comum acordo com a Comissão Técnica, podendo o prazo ser alterado, se necessário, conforme a reversibilidade ou não do quadro de doença que motivou a internação. As alterações nos prazos serão determinadas em conjunto com avaliação médica e/ou da equipe interdisciplinar da clínica referenciada e Comissão Técnica.
- XV. Submeter-se à fiscalização e acompanhamento realizado pela Comissão Técnica para averiguar a evolução do tratamento, o cumprimento das obrigações pactuadas, a manutenção das informações prestadas, quando do credenciamento, referentes ao perfil da clínica, suas especialidades de tratamento, quadro clínico e acomodações;
- XVI. Possibilitar o livre acesso da Comissão Técnica, ou de algum de seus integrantes, a qualquer tempo, às suas instalações físicas, aos prontuários e relatórios referentes ao(s) paciente(s) por ela indicados;
- XVII. Atender aos beneficiários com elevado padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética de sua respectiva categoria;

2.11. Os serviços, objeto deste Termo, deverão ter a sua execução iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após solicitação da Comissão Técnica, com a internação do paciente. A Secretaria de Saúde e/ou CAPS acompanhará diretamente a prestação do serviço, esclarecerá dúvidas e questões porventura não tratadas na especificação dos serviços arrolados no edital de Contratação e poderá, inclusive, fornecer informações, em caráter sigiloso, referentes ao prontuário médico do paciente. A Secretaria de Saúde e/ou CAPS poderá propor a rescisão contratual da comunidade terapêutica e/ou as penalidades indicadas na lei vigente, desde que verifique falhas que comprometam a qualidade dos serviços e/ou inobservância das obrigações pactuadas. A Secretaria de Saúde e/ou CAPS indicará e encaminhará pacientes e/ou familiares de acordo com critérios definidos e bem justificados, assim como tomará imediatas providências no caso de denúncia de paciente internado, e/ou de seus familiares, a respeito de qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou tratamento.

3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso IV, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

1. Descrições e quantidades:

*20 vagas de prestação de serviços para tratamento de dependência química e álcool, para adultos/idosos do sexo masculino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

*10 vagas de prestação de serviços para tratamento de dependência química e álcool, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.

*05 vagas de prestação de serviços para tratamento de dependência química e álcool, portadores de transtornos psíquicos e mentais, em regime de internação, para adolescentes do sexo masculino.

*05 vagas de prestação de serviços para tratamento de dependência química e álcool, portadores de transtornos psíquicos e mentais, em regime de internação, para adolescentes do sexo feminino.

*20 vagas de prestação de serviços para tratamento dos portadores de transtornos psíquicos/mentais, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino.

*20 vagas de prestação de serviços para tratamento dos portadores de transtornos psíquicos/mentais, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.

4 – PESQUISA DE MERCADO (Inciso V, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Soluções identificadas para suprir a presente demanda:

Solução 1: Aquisição de imóvel adequado, materiais e insumos necessários para realização do serviço com mão de obra própria da municipalidade.

Não é a mais vantajosa para a administração, uma vez que os trâmites para a aquisição e adequação de um imóvel é lento e demorado, além de que, após aquisição do imóvel, o valor aquisitivo dos materiais e insumos necessários é alto para manutenção dos mesmos. Ainda, faz necessária mão de obra qualificada para o serviço, e, neste momento, esta municipalidade não dispõe em seu quadro de servidores de mão de obra especializada para tal.

Solução 2: Contratar instituição especializada para acolhimento e tratamento das pacientes.

Trata-se da solução mais vantajosa em todos os aspectos para a Administração Pública, uma vez que promove o princípio da economicidade, do custo-benefício e a garantia da possibilidade de fiscalização da qualidade nos serviços prestados.

A aquisição do serviço em questão visa o efetivo tratamento deste público, em instituição qualificada para tal, credenciada de acordo com as exigências do serviço, evitando riscos e consequências negativas a Municipalidade como intervenções judiciais, responsabilização por negligência, descumprimento de obrigações.

5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

ITEM	QTDE	UNID. MED.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$) MENSAL
------	------	---------------	-----------	-----------------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

1.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino.	R\$2.700,00
2.	10 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.	R\$3.000,00
3.	05 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo masculino.	R\$7.000,00
4.	05 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo feminino.	R\$9.000,00
5.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino.	R\$5.000,00
6.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.	R\$5.000,00
7.	km	serviço	Prestação de serviços de transporte de pacientes compulsório/involuntário para tratamento de dependência química/psiquiátrico para internação.	R\$3,65

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A presente prestação de serviços se faz necessária visando o acolhimento de pacientes do município com dependência química que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, portadores de transtornos psíquicos e mentais visto que esta municipalidade não dispõe deste serviço em sua rede de atenção à saúde, havendo, portanto, a necessidade de contratação do serviço na rede privada.

ITEM	QTDE	UNID. MED.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R\$) MENSAL
1.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino.	R\$2.700,00
2.	10 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.	R\$3.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

3.	05 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo masculino.	R\$7.000,00
4.	05 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento de dependência química, em regime de internação, para adolescentes do sexo feminino.	R\$9.000,00
5.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo masculino.	R\$5.000,00
6.	20 vagas	serviço	Prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, em regime de internação, para adultos/idosos do sexo feminino.	R\$5.000,00
7.	km	serviço	Prestação de serviços de transporte de pacientes compulsório/involuntário para tratamento de dependência química/psiquiátrico para internação.	R\$3,65

É relevante citar que a interrupção do fornecimento do serviço pode acarretar danos aos pacientes, resultando em sérias consequências na saúde e na qualidade de vida ou sobrevida das mesmas, podendo, o município, sofrer as penalidades previstas em lei pelo não atendimento dessa população.

7 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Por se tratar de um processo único para atendimento à estes pacientes pela Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas/MG, haverá parcelamento do objeto com a realização de outra licitação durante a vigência do contrato.

8 - INFORMANDO AS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Não existem contratações correlatas.

9 - INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inciso IX, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

O resultado pretendido com essa contratação é o de garantir que os serviços sejam utilizados para fins de acolhimento e tratamento integral de pacientes dos sexos masculino e feminino do Município que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, portadores de transtornos psíquicos e mentais em regime de internação atendendo às suas necessidades de saúde e garantindo o direito dos beneficiários à saúde e ao tratamento adequado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS**

CNPJ/MF 18.125.138/0001-82

10 - REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Inciso X, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Por se tratar de contratação de empresa especializada (Clínica e/ou Comunidade Terapêutica), não haverá providências a serem adotadas quanto a treinamentos ou adaptação na infraestrutura.

11 - DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Inciso XII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Não há impactos ambientais relacionados à contratação.

12 - DEMONSTRANDO O ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Inciso II, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 (Lei Municipal nº 1.430, de 29 de dezembro de 2023) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

13 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. (Inciso XIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

As contratações para atendimento e tratamento de pacientes com uso abusivo de álcool e outras drogas, portadores de transtornos psíquicos e mentais validam o dever do Município de atender às demandas dessa população uma vez que o estado é regido pelo princípio da universalidade. Como não dispomos deste serviço na rede socioassistencial do município, há a necessidade de contratação do serviço na rede privada visando o acolhimento da população supracitada.

Nilvésia Aparecida Luiz Brandão
Secretária Municipal de Saúde e Gestora do SUS

Maria Simone Amaral Ribeiro Oliveira
Enf/Coordenadora do CAPS-1